

Empresas recuperadas por trabalhadores (ERT's) e empreendimentos de catadores de materiais recicláveis: uma comparação sobre as condicionantes econômicas para a autogestão dos trabalhadores

Lucca Pérez Pompeu, POLI-USP; Erica Aparhyan Stella, EACH-USP
lucca.tks@gmail.com; erica.stella@usp.br

II CONPES – Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária
GT 8 – Desafios da autogestão
UFSCar, São Carlos - SP, Brasil, 2018

1. Introdução

O presente trabalho foi motivado pela busca da compreensão do lugar que ocupa a Economia Solidária e o Cooperativismo (EcoSol) na economia brasileira, ou seja, qual a relação de suas experiências com as estruturas produtivas e a dinâmica econômica atual do país. O objetivo do trabalho é investigar, especificamente, quais são os espaços econômicos ocupados por empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERT's) e por empreendimentos de catadores de materiais recicláveis dentro da Economia-mundo. Nesse sentido, foi necessário entender, inicialmente, as relações entre os diversos setores econômicos dentro das estruturas dinâmicas que se articulam na totalidade da Economia-mundo (BRAUDEL, 1996), para então pensar quais são os espaços econômicos ocupados pelas experiências da EcoSol aqui estudadas.

Para isso, foram mobilizadas diferentes literaturas: entusiastas da Economia Solidária e seus críticos marxistas; interpretação braudeliana do papel do capitalismo na Economia-mundo; e estudos sobre o mercado informal de trabalho. Optamos pelo diálogo entre diferentes referenciais teóricos, na tentativa de fugir de esquematismos e de reducionismos que apenas dão a impressão de se ter saído da superficialidade. Buscamos, assim, um debate entre diversos autores, que nos ajudaram a situar nossas questões motivadoras em algumas tradições do pensamento econômico e social brasileiro. Assim, em termos metodológicos, este trabalho é resultado de um estudo comparativo entre dois setores produtivos, com base em pesquisa bibliográfica e documental.

Observou-se que as condicionantes econômicas para a autogestão dos trabalhadores ocorrem a partir de dois processos: enquanto os trabalhadores das ERT's, provenientes do assalariamento, assumem o controle de uma planta já existente e inserida em uma cadeia produtiva, os catadores partem da situação de rua para constituir empreendimentos

coletivos e almejam a constituição de plantas, também dentro de uma cadeia existente. Assim, em ambos os casos, é possível afirmar que esses trabalhadores ocupam espaços econômicos delimitados em grande medida por outras forças dentro da Economia-mundo.

2. Pensando a EcoSol entre o modo de produção autônomo e a degeneração e a desmistificação

Paul Singer foi um importante economista brasileiro e um militante da Economia Solidária que não só dedicou grande parte de sua carreira à difusão dos ideais do cooperativismo e da autogestão, como também atuou por dentro do Estado à frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). Segundo Singer, diversos modos de produção coexistem no capitalismo com certa autonomia, e a força de trabalho pode ser alocada em modos de produção não-capitalistas em ciclos de contração econômica (SINGER, 1977). O autor acredita que é possível que os Empreendimentos Econômico-Solidários (EES's) sejam competitivos e ganhem fatias significativas, sendo a expressão material de um longo processo de revolução social que poderia legitimar uma revolução política feita de maneira democrática (SINGER, 1998; 2002). Nesse sentido, seguindo o princípio da livre adesão ao cooperativismo, a preferência pelo trabalho associado leva os indivíduos ao engajamento na EcoSol, o que remete ao ideal proudhoniano de alastramento do cooperativismo através do próprio mercado.

Costa (2015) busca precisar melhor o conceito de “modo de produção”, questionando se é possível considerar a EcoSol como tal. O autor retoma a ideia de Marx de que os modos de produção são a combinação das forças produtivas com as relações sociais, trazendo, entretanto, a ressalva de que os modos de produção não são totalizantes. Segundo Costa (2015, p. 2), “O capitalismo tem um característico modo de produção, que não é uniforme e estável, pois abriga outros tipos de organização, outras formas de comercialização e de cooperação produtiva.”. Nesse sentido, o autor vê a EcoSol não como um modo de produção autônomo, mas como um possível germe de um novo modo de produção que é gestado dentro do capitalismo e em relação com ele. Observa-se um refinamento da visão proudhoniana adotada por Singer, mas não são aprofundadas questões como as relações entre os núcleos dinâmicos do capitalismo e a EcoSol, qual a funcionalidade desta para a acumulação capitalista, e se há determinações nas interações entre ambas e como elas se constituiriam.

Dentre as críticas trazidas por autores marxistas ortodoxos, Rosa Luxemburgo postula categoricamente que apesar de a produção ser socializada nas experiências

cooperativistas, a troca se realiza no mercado e, portanto, é capitalista. Como consequência, as cooperativas tendem a se degenerar dentro do sistema capitalista, pois ou elas adotam técnicas de gestão e de produção semelhantes às de suas concorrentes, resultando numa “auto-exploração” dos cooperados para sustentar a competição com as empresas convencionais, ou de outro modo elas irão à falência e deixarão de existir devido à concorrência. Dessa maneira, essa autora rotula o projeto cooperativista como utópico.

Seguindo essa visão, Wellen (2008) ataca a noção da liberdade individual de uso do capital por parte dos indivíduos, colocando o discurso da EcoSol como uma mistificação do que ocorre efetivamente: a vontade humana não pode ser independente das determinações do capital. Para o autor, a influência do contexto econômico na época dos socialistas utópicos era menos impactante (tratava-se da fase concorrencial do capitalismo), o que abria às cooperativas maiores possibilidades de sucesso no mercado em relação à fase monopolística que se seguiu. Wellen (2008) defende que o capital é uma força ativa na determinação da totalidade social, atribuindo à solidariedade apenas o papel de *slogan* de agregação de valor de troca em uma produção que muitas vezes não é competitiva e se realiza na troca apenas enquanto fetiche de setores progressistas das classes abastadas.

Segundo o autor, “as regras que regem as cooperativas são as do mercado e do salário” (WELLEN, 2008), e o caráter solidário é externo às relações de trabalho, podendo existir na vontade dos trabalhadores engajados, mas não na materialidade das relações de produção. Isso explicaria o desinteresse por esse tipo de empreendimento em momentos de estabilidade e crescimento econômico. Wellen (2008) também critica a ideia de que os EES's podem extrair vantagens competitivas da motivação, pertença, identidade e engajamento da subjetividade dos cooperados.

Embora as críticas dos autores marxistas ortodoxos contribuam em certa medida para explicar as falências dos EES's em meio ao sistema capitalista, elas carecem de teorizações mais aprofundadas. Afirmar que o capital determina a totalidade das relações sociais ou que as trocas no mercado são de caráter capitalista pois o trabalho seria completamente subsumido ao capital parecem generalizações que, embora contribuam para pensar casos mais gerais, não parecem suficientes para dar conta das diferentes experiências da EcoSol.

3. Buscando situar o lugar da EcoSol em outra abordagem de compreensão do capitalismo

Esta pesquisa busca continuar o esboço proposto por Costa (2015): o capitalismo não é uniforme, bem como o lugar da troca - o mercado - não é monolítico e não determina unilateralmente as formas de organização da produção dos empreendimentos. Acreditamos que se faz necessário aprofundar a reflexão sobre as dinâmicas de interação que ocorrem dentro das diferentes partes desse modo de produção, e, nesse sentido, serão trabalhadas as contribuições de Braudel (1996) a respeito do sistema econômico, a Economia-mundo.

Segundo Braudel (1996), existem três estratos distintos na Economia-mundo: o capitalismo, a economia de mercado e a economia de subsistência. Esses três estratos se articulam em uma totalidade social, ou seja, não se trata de fragmentos autônomos dentro do sistema; pelo contrário, há múltiplas determinações entre os estratos, hierarquicamente estruturadas em maior ou menor grau em cada momento histórico, dependendo da forma com que interagem. O capitalismo é o lugar do monopólio, do movimento de acumulação do capital, transcendendo o que a tradição marxista compreendeu como “modo de produção” ou relação de produção, embora isso não implique em descartar os aportes dessa tradição na compreensão de como esse movimento se realiza.

Segundo esse autor, o capitalismo não tem sua essência na mercadoria, mas no próprio movimento de autovalorização. Nesse sentido o capital tende a preferir formas de autovalorização mais imediatas e com menor risco e imobilização. Ou seja, embora o autor não tenha chegado a teorizar sobre a fase atual do capitalismo, o que assistimos recentemente com a financeirização da riqueza seria algo muito natural para ele, pois consiste na autovalorização instantânea aparentemente dissociada de qualquer lastro. O próprio capital comercial seria um espaço econômico “confortável” para o capital, devido à inexistência de enormes mobilizações de recursos e enfrentamento de riscos como é o no caso da grande indústria. A partir de certo volume de acumulação e penetração em cada espaço da Economia-mundo, o capitalismo assume um papel hegemônico na determinação dos outros estratos, buscando se expandir. Braudel (1996) compreende a acumulação de capital comercial no século XV, por exemplo, enquanto capitalismo, em um momento histórico onde sua penetração na Economia-mundo ainda era incipiente.

A economia de mercado, por sua vez, é o lugar onde realmente valem as leis de oferta e demanda, onde há concorrência. Diferentemente do capitalismo, reino do monopólio onde a oferta produz e controla a demanda, na economia de mercado existe maior distribuição de poder e menor assimetria de acesso à informações. Pode-se dizer na linguagem marxista, fazendo duas escolas distintas dialogarem, que Braudel (1996) entende o mercado como um espaço de reprodução simples do capital (acumulação limitada pelo

consumo, mesmo que de bens de luxo, dos proprietários), enquanto o capitalismo é o espaço da reprodução ampliada (taxas de acumulação que transcendem o consumo dos proprietários, virando capital disponível para serem investidos, engendrando o movimento de autovalorização). Por fim, o estrato da subsistência reside na produção para consumo próprio, sem passar pela troca; ainda assim, esse estrato se articula com os outros dois, sendo, entretanto, mais determinado por eles do que determinante.

É possível estabelecer uma distinção fundamental em relação aos autores marxistas ortodoxos: a troca dos EES's não ocupa necessariamente o mesmo lugar econômico que a troca capitalista. No entanto, numa Economia-mundo que se constitui enquanto totalidade hegemônica pelo capitalismo, essa troca não foge das determinações dos movimentos do capital. Distancia-se assim da visão de que os modos de produção coexistem com total autonomia no mercado: embora seja possível que algumas estruturas de produção possuam certo grau de liberdade entre si durante determinada fase, isso não é possível em um mercado integrado; tampouco é possível que a EcoSol ganhe força e substitua o capitalismo a partir de sua generalização autônoma dentro deste.

Vislumbra-se, então, a possibilidade de aprofundar a reflexão acerca das relações entre a EcoSol e as determinações do capitalismo a partir de outros teóricos que buscaram compreender as diferentes formas de produção dentro do capitalismo e suas interações com o movimento hegemônico de acumulação. Embora os autores que serão analisados a seguir não tenham em vista pensar o lugar da EcoSol, mas sim as questões do mercado informal de trabalho e das formas não capitalistas de produção, propomos que é possível estabelecer uma aproximação entre essas formas de produção e a EcoSol.

4. Os aportes da informalidade para pensar a EcoSol

Em oposição à tese da dualidade Oliveira (2003; [1976]) defende que, no Brasil, a agricultura cumpriu a função de acumulação primitiva, viabilizando a endogenização do capitalismo, ou seja, permitindo a penetração desse modo de produção e sua hegemonização interna. As culturas de subsistência – que não devem ser compreendidas como formas de produção não capitalistas – ajudam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades facilitando a acumulação industrial. Nessas culturas, a produção de excedente acabava sendo escoada para os mercados mais dinâmicos e contribuía para o processo de acumulação urbano. Assim, segundo o autor, um “conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da

acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituía o fulcro do processo de expansão capitalista” (OLIVEIRA, 2003).

Entretanto, um importante aspecto da análise desse autor se dá na caracterização da força de trabalho: “avassalada pela terceira revolução industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato” (OLIVEIRA, 2003). Para Oliveira (2003), conceitos como formal e informal já não têm força explicativa em decorrência da flexibilização. As ocupações se transformaram em uma constelação de subcontratados, temporários, entre outros, misturadas com vendedores de bugigangas e vendedores de refrigerantes nas portas dos estádios de futebol. O setor informal perde a característica de um espaço próprio e entra nessa difusão, comandada agora pelos impactos da Terceira Revolução Industrial e da financeirização. A força de trabalho teria um estatuto rebaixado, com dependência externa, consumindo cópias, que chegam até os estratos mais baixos de renda, o que se ilustra pela metáfora das “florestas de antenas” nas favelas.

Na visão do autor, o trabalho informal era responsável por boa parte das ocupações urbanas e se relacionava com o núcleo capitalista de forma a rebaixar o custo da mão de obra, sendo possível compreendê-lo como um espaço econômico próprio, embora ainda funcional à acumulação do capital. Entretanto, Oliveira (2003) não trabalha uma compreensão ampliada desse mercado informal na atualidade, exemplificando esse mercado sempre com os vendedores de bugigangas e outros trabalhadores que usam a força de trabalho em estado puro, sem empregar meios de produção e tampouco sem se organizar. Assim, sua análise contribui, em linhas gerais, para reforçar a questão de que o trabalho informal não é outro modo de produção, não se configurava em uma dualidade antes, e tampouco se configura como dualidade agora.

Nesse sentido, é necessário entender melhor esse trabalho informal, suas relações e interações. Embora o movimento de flexibilização do trabalho se verifique cada vez mais acentuado, não devemos igualar trabalho flexibilizado e precarizado no núcleo capitalista, ou seja, ligado aos setores produtivos oligopolizados inseridos no movimento de acumulação, com o trabalho informal que ocupa o exército industrial de reserva, não empregado em atividades dentro desse circuito de acumulação. Como pontua Barbosa (2009), ao se tornar um conceito coringa, abrangendo categorias tão distintas, a informalidade perde seu poder explicativo. Por fim, não devemos descartar o peso da financeirização e da dependência frente aos países centrais resultante da Terceira Revolução Industrial, mas não basta caracterizar esse novo capitalismo; essas mudanças

devem ser aproveitadas para atualizar o pensamento no contexto atual da relação entre o trabalho informal e o trabalho nos setores capitalistas, aprofundando as análises sobre essas relações visando à compreensão das especificidades e dinâmicas de interações.

Outro teórico fundamental para estas reflexões é Souza (1980), que estudou as determinações dos salários em “economias atrasadas”. O autor aprofunda as questões do trabalho informal e do que ele chama de “formas não tipicamente capitalistas de produção”, elaborando uma explicação para a determinação das rendas nesse setor em relação com a renda do núcleo capitalista. Com isso, Souza sustenta uma tese oposta à de Oliveira (2003): as formas não tipicamente capitalistas de produção não determinam os salários do núcleo capitalista, tampouco cumprem um papel de rebaixá-los.

O autor compreende o mercado de trabalho como um quebra-cabeças, onde existem organizações não tipicamente capitalistas; nesse sentido, é possível aproximá-lo da perspectiva de Braudel (1996). Mas, dado que o processo de acumulação já se tenha endogenizado, esse quebra-cabeças estaria dentro da totalidade do modo de produção capitalista. Isso coloca Souza como um articulador entre a perspectiva não-dualista iniciada por Oliveira e perspectiva da Economia-mundo de Braudel. Souza busca, então, compreender o que determinaria os salários em economias com hegemonia do capitalismo industrial.

Ao contrário de muitos autores da tradição dependentista, para Souza (1980) o exército industrial de reserva nas economias que ele chama de “atrasadas” não é um fator determinante para o rebaixamento dos salários. Isso porque deveria ser feita, a rigor, uma distinção entre os conceitos de superpopulação relativa no capitalismo com o exército industrial de reserva. Este último é composto por trabalhadores já expropriados e que se encontram na busca por trabalho, com forte disposição a se ocupar em trabalhos nos setores verdadeiramente capitalistas, ou seja, em relações assalariadas formais. Já a superpopulação relativa inclui o exército de reserva, mas também toda uma gama de pessoas ocupadas nas organizações não tipicamente capitalistas, que são bastante heterogêneas. Essas pessoas têm menor disposição - e até mesmo resistência - a integrar o exército industrial de reserva, de maneira a tentar manter seus estilos de vida. Existe certa mobilidade da mão-de-obra entre esses “espaços econômicos”, que serão descritos adiante, mas não unidirecional.

Souza elabora uma explicação para a determinação endógena dos salários no núcleo capitalista, ou seja, a partir do movimento de acumulação do capital e do nível de organização dos trabalhadores. Nas palavras do autor, a análise se dá “a partir da dinâmica

e da racionalidade do núcleo verdadeiramente capitalista das economias nacionais”, e ele faz questão de pontuar “[...] não estamos em presença de economias nas quais convivem vários modos de produção. Ao contrário, o modo de produção capitalista comporta a existência de várias ‘formas de organização da produção’ articuladas de acordo com as exigências da dinâmica da acumulação capitalista” (SOUZA, 1980).

Segundo o autor, o sistema consegue criar sua mão-de-obra através da penetração e destruição dos espaços econômicos ocupados anteriormente por outras formas de produção. Esse ponto é importante e fundamental nessa análise toda: Souza (1980) compreende que o sistema delimita os espaços para a produção não tipicamente capitalista, podendo criar, destruir ou recriar esses espaços econômicos. A variável que define isso é basicamente se o mercado está suficientemente concentrado para que possa ser integrado na dinâmica de acumulação. Dessa forma pessoas que não compunham o exército industrial de reserva são lançadas ou retiradas nele pelo movimento de acumulação, e não por leis de maximização dos ganhos. A taxa de salários no núcleo capitalista serve apenas como “farol” para as rendas das organizações não tipicamente capitalistas.

Quanto à caracterização dos diferentes “espaços econômicos”, o capitalismo é compreendido enquanto o espaço do monopólio, da separação completa entre capital e trabalho, da busca pela autovalorização constante e, de preferência, sem passar pela produção, ou seja, o capitalismo é o espaço em que ocorre acumulação de capital. Já as formas não tipicamente capitalistas podem estar inseridas em uma dinâmica de mercado (mas sem acumulação) ou no nível de subsistência. A acumulação capitalista promove a expansão constante do mercado, processo ao longo do qual podem ser criados espaços para organizações não tipicamente capitalistas e empresas mercantis simples. Entretanto, também esses espaços podem ser destruídos, através das inovações ou da absorção pelo próprio capitalismo, se se tornarem suficientemente concentrados. A descrição de Souza se faz primorosa nesse ponto:

Ao longo do tempo o capitalismo vai penetrando pelo processo de acumulação e expandindo o mercado, desalojando-o de formas empresariais pré-existentes. Isso pode se dar através de mecanismos microeconômicos devido a uma maior eficiência ou não: devido ao maior poder de mercado, mesmo que menos eficiente ou com menor qualidade, as organizações capitalistas conseguem ir desalojando as outras formas empresariais. No entanto, isso não significa que o espaço econômico da pequena produção tenda a desaparecer definitivamente ao longo do tempo; embora possa ser destruída pela penetração de estruturas tipicamente capitalistas, ela pode ir se alocando onde o mercado não é suficientemente concentrado [...]. Outras vezes a instalação de novos ramos industriais cria um setor de empresas mercantis que orbitam o setor dinâmico capitalista para realizar reparos, manutenção, serviços complementares etc. [...]. Ainda, em outras ocasiões, as empresas capitalistas se expandem com uma articulação orgânica com pequenas empresas familiares ou autônomas. (SOUZA, 1980).

Sobre a mobilidade da mão-de-obra entre os mercados, Souza (1980) pontua que “da mesma forma que a vivência dos verdadeiros proletários urbanos os condiciona a ser apenas proletários, a experiência de vida dos autônomos e dos trabalhadores familiares os induzem, como ideal, a reproduzir a pequena produção”. Seria uma questão de manutenção de estilo de vida manter o trabalho autônomo ou o assalariado, o que pode ser comprometido se os autônomos são despojados de seus meios de produção e é impossível para eles mudar de ramo (dados os desafios de conhecimento). Desse modo, a busca por trabalho assalariado se dá apenas quando se esgotam as possibilidades de sobreviver na pequena produção.

Outra contribuição importante do trabalho de Souza é a caracterização de tipologias de organizações não tipicamente capitalistas, segundo faixas de renda distintas. Barbosa (2011), dialogando com Souza, afirma que as “empresas não aparecem no setor informal por oportunidades de investimento, mas sim por necessidade de gerar o próprio emprego”. A divisão é feita em dois grandes grupos (SOUZA, 1980). No primeiro grande grupo, chamado de formas mercantis sem assalariamento permanente, o assalariamento quase não existe. Este grupo é constituído por três subgrupos: o primeiro subgrupo engloba as empresas familiares ou trabalhadores autônomos que podem ser considerados eficientes e produtivos. Pode-se pensar no pequeno comércio, pequenas indústrias, oficinas, restaurantes, alguns serviços etc, que têm alguma proteção dentro do mercado. Sua produtividade deriva do uso de equipamento ou instalação, ou do acesso a mercados não competitivos. O segundo subgrupo contém os trabalhadores autônomos que estão subordinados a um só capital, como figuras jurídicas, *freelancers* etc.; a entrada nesse mercado é mais fácil e as rendas são um pouco menores. Por fim, o terceiro subgrupo contém as empresas que não possuem relação de assalariamento constante, sendo formado por pequenos vendedores de serviços, que não estão protegidos por nenhuma barreira e tampouco estão subordinados a um só capital: são os biqueiros, camelôs etc.; a entrada nesse mercado é a mais fácil possível.

No segundo grande grupo, a relação assalariada é permanente, sendo composto pelas formas quase capitalistas de produção. Estas são semelhantes às empresas familiares, mas utilizam-se constantemente de trabalho assalariado. O comportamento do proprietário é distinto do comportamento da gestão no núcleo capitalista e ele comumente participa da divisão do trabalho operacional. A taxa de lucro não é a variável chave do funcionamento dessas empresas, mas sim o rendimento total do proprietário. Sua entrada no mercado seria tão difícil quanto nas empresas familiares. Os salários e a renda nesses espaços econômicos

dependem das distintas ocupações, variando basicamente de acordo com o grau de facilidade para entrada no mercado e sua proteção dentro desse mercado. A taxa de salários determinada endogenamente no núcleo capitalista serve enquanto farol para renda das outras ocupações.

No entanto, isso não quer dizer que a economia não tipicamente capitalista não tenha relações com o núcleo verdadeiramente capitalista. Pode-se observar que há distintas interações e funcionalidades com o núcleo dinâmico do capital, contribuindo mais, menos ou em nada para o processo de acumulação. Uma parte da produção não capitalista está em relação direta com o grande capital, em relação de super-exploração direta (como no caso dos catadores de materiais recicláveis) ou de transferência de excedente (como no caso dos trabalhadores por conta própria, subordinados a um só capital). Nas atividades de comércio e serviços, a dominação do capital passa por subordinação de formas não capitalistas e apropriação de excedente tipicamente mercantil, até completa transformação destas em atividades tipicamente capitalistas. Mas pode ocorrer também o simples preenchimento de um espaço econômico, sem relação de exploração ou extração do excedente. Por fim, é importante notar que o espaço reservado para as empresas não tipicamente capitalistas e a penetração do capitalismo dependem da tecnologia, bem como do tamanho e do grau de concentração do mercado de uma dada atividade.

5. Buscando consolidar uma nova compreensão acerca da EcoSol

Após visitar essas diferentes abordagens e, em especial, o pensamento que tenta localizar o setor informal dentro da economia hegemonicamente capitalista, empreendemos o esforço - ainda inicial - de estabelecer quais dessas abordagens poderiam contribuir para compreender o espaço econômico ocupado pela EcoSol atualmente no Brasil. Nesse sentido, o pensamento de Souza (1980) parece promissor e permite pensar os EES's enquanto empresas não tipicamente capitalistas, especialmente do segundo grande agrupamento proposto pelo autor, ou seja, onde há assalariamento quase constante.

É importante notar que uma diferença fundamental reside no conceito de assalariamento, pois os militantes da EcoSol defendem que a relação de trabalho em uma cooperativa ou um EES não é assalariada (não há venda da força de trabalho), mas sim associada, ou seja, os trabalhadores são sócio-cooperados, que empregam sua força de trabalho em um empreendimento que lhes pertence, sendo qualquer sobra de excedente dividida entre eles ou reinvestida na produção. Contudo, na perspectiva deste trabalho, quando se analisa o preenchimento de mercados e ocupações, é possível afirmar que esses

EES's são a fonte principal de sustento dos trabalhadores aí engajados, que contam com o pró-labore para pagar o consumo da cesta de bens-salários da mesma forma com que um trabalhador do setor capitalista conta com seu salário. É importante notar, por fim, que este trabalho parte de um recorte dentro do universo da EcoSol: os empreendimentos aqui estudados são cooperativas de trabalho que produzem bens ou serviços, ou seja, não serão consideradas, por exemplo, cooperativas de consumo, de crédito, fundos rotativos solidários, bancos comunitários etc.

É possível observar que também se aplicam as reflexões de Souza (1980) quanto a: existência de estilos de vida que tentam ser conservados pelos sujeitos que integram esses empreendimentos (estilos esses bastante heterogêneos, mas que caracterizam alguma forma de resistência e insubordinação à relação assalariada clássica); posição dos EES's em mercados não competitivos ou inserção em mercados com alguma proteção, ocupando espaços do pequeno comércio, indústrias, serviços; relações estabelecidas entre clientes e fornecedores; propriedade de alguns meios de produção que garantem alguma produtividade do trabalho, bem como alguma eficiência. Nesses empreendimentos a viabilidade econômica também não é a mesma do núcleo dinâmico do capital, baseada na taxa de lucratividade, mas sim a capacidade de geração de renda para os seus participantes. Por fim, parece acertado concordar com a proposição de Souza (1980) de que existe uma capacidade grande do capitalismo em destruir, criar ou recriar espaços econômicos, aproximando-a da realidade da EcoSol no sentido de que são nesses espaços econômicos que os EES's poderão se situar, conforme será discutido a seguir nos dois casos estudados.

5.1 As empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERT's)

As empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERT's) se constituíram, no Brasil, como uma estratégia de resistência e de sobrevivência de assalariados que estavam na iminência de perderem seus empregos em meio aos processos de falência das fábricas que os empregavam. Esse fenômeno, que se manifesta em ondas, teve um momento de maior intensidade na década de 1990, sendo uma das consequências tanto da adoção de políticas que visavam à abertura do mercado interno, como da conjuntura internacional de expansão das multinacionais provenientes dos países centrais do capitalismo. Nesse sentido, é possível observar que a recuperação de fábricas decorreu de transformações nas relações entre países periféricos e emergentes por um lado, e os países centrais da Economia-mundo por outro.

Mais de duas décadas depois das recuperações das unidades produtivas, muitas dessas experiências se esgotaram, enquanto outras ainda resistem. De maneira geral, a maioria das ERT's enfrenta problemas econômicos sérios, tais como dívidas, falta de acesso a crédito, pouco capital de giro, maquinário apresentando desgastes e necessitando de manutenção, maquinário considerado obsoleto em comparação com as concorrentes, falta de quadros gestores, entre outros (HENRIQUES et al, 2013). Ainda assim, os fracassos ou sucessos dessas experiências são possibilidades de uma arena de relações entre diferentes setores econômicos, inclusive de atividades do setor formal com o informal.

Uma especificidade das ERT's reside na possibilidade de elas ocuparem espaços econômicos semelhantes aos do núcleo dinâmico do capital. No entanto, ao refletir sobre a literatura colocada e ao observar os casos mapeados por Henriques et al. (2013), os casos acompanhados por este trabalho e o estudo de caso da Fábrica Ocupada Flaskô, propõe-se aqui uma explicação segundo a qual o processo de ocupação das fábricas ocorre em três momentos possíveis e distintos. Nesse sentido, este trabalho pode se beneficiar com a ampliação de experiências analisadas, a fim de corroborar, apurar ou até mesmo refutar a explicação que propomos aqui.

O primeiro momento de ocupação acontece quando o setor produtivo está passando da posição de espaço econômico dentro do núcleo dinâmico da acumulação para um espaço mercantil, resultante de uma espécie de retrocesso do capital, no qual um setor onde a acumulação estava deixando de ser dinâmica e vantajosa (por exemplo, em decorrência de uma crise) e no qual a ocupação pelos trabalhadores ocorre no sentido da manutenção das ocupações e, assim, da garantia de renda. Nesse caso, pode ocorrer a falta de capacidade de reinvestimento dentro do empreendimento (muitas vezes acelerada por dívidas deixadas pela patronal), a redução da produtividade que o empreendimento consegue alcançar, a deterioração do maquinário etc. Se o mercado estiver pouco competitivo, a ERT pode ser capaz de se manter gerando renda mesmo em condições de instalações físicas precárias. Não tende a haver uma extração direta do excedente pelo capital, pois a ERT não está subordinada a um oligopólio. Se ela for intermediária na cadeia produtiva, ela dependerá da proteção que conseguir manter no mercado e da falta de concorrentes neste. Esse é o caso da Flaskô, que fabrica embalagens plásticas para a indústria alimentícia principalmente; suas concorrentes não estão inseridas em setores altamente dinâmicos e oligopolizados, e devido ao alto custo de transporte dessas

embalagens (que são volumosas e pesadas, chegando a 200 L e 10 Kg), a Flaskô não enfrenta concorrência internacional expressiva.

O segundo momento acontece quando a situação do mercado, mesmo que formal, já se assemelhava à situação das empresas informais com assalariamento permanente ou familiares. Muitas ERT's vem de processos de lutas frente a pequenos proprietários ou empreendedores. Nesses casos, à medida que os trabalhadores se apropriam das tarefas administrativas e de gestão (o que não deixa de ser uma tarefa complexa, ainda mais se houver a busca pela autogestão) e mantida a situação do mercado pré-existente, as relações com o capital também tendem a ser as mesmas.

Por fim, quando há ocupação de fábricas e unidades inseridas no setor dinâmico da acumulação, os conflitos tendem a ser maiores. Se a ERT perder sua capacidade de acumulação devido a uma gestão mais solidária, tende a perder também seu espaço no mercado, cuja dinâmica é dominada pelo ritmo das inovações, pelo aumento da produtividade, por reinvestimentos etc. Caso a ERT seja capaz de manter seu espaço no mercado, ela pode sofrer pressões e coerções, como foi verificado na intervenção estatal para retomar as fábricas Cipla e Intefibra em Santa Catarina em 2007. Ambas faziam parte do Movimento de Fábricas Ocupadas (conjuntamente com a Flaskô) e geravam um excedente considerável, e, no caso da Cipla, havia mais de 1.000 funcionários empregados. No entanto, observou-se que essa ocupação ameaçava os espaços econômicos do capital e, conseqüentemente, sofreu seus impactos políticos.

5.2 Os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis

É possível observar, entretanto, que há casos nos quais a própria atividade dos EES's cria um mercado, que vai se concentrando e se subordinando funcionalmente ao capital, podendo estabelecer relações diferentes daquelas mapeadas por Souza (1980) em relação ao mercado informal. Trata-se do caso dos catadores de materiais recicláveis, que criaram, no Brasil, o mercado da reciclagem a partir da miséria.

Segundo o MNCR (2005), o carroceiro ou o catador de papel aparece na cena histórica brasileira por volta da década de 1950. A partir de meados da década de 1980, esses carroceiros e catadores se tornaram os pilares da estruturação da indústria de reciclagem no Brasil, sustentando-a até os dias atuais (BOSI, 2008; BURGOS, 2013). Tanto Bosi, quanto Burgos acreditam que a reestruturação produtiva da economia brasileira ocorrida a partir da década de 1970 e o conseqüente aumento do desemprego e da informalidade determinaram a expansão da atividade de catação, a partir do aumento

significativo do número de catadores. Ambos os autores observaram que grande parte dos catadores por eles entrevistados tiveram outras ocupações – muitos formalmente – antes de iniciar a catação, tendo recorrido a esta quando não encontraram mais alternativas de sustento.

Segundo Bosi, a estruturação da indústria da reciclagem em grande escala e o surgimento do mercado para as matérias-primas provenientes dos materiais reciclados ocorreu quando

[...] o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado. [...] Estes fatores garantiram, em grande parte, o crescimento do setor de reciclagem de modo a tornar os preços dos materiais reciclados cada vez mais próximos dos materiais não reciclados [...] (BOSI, 2008, p. 104).

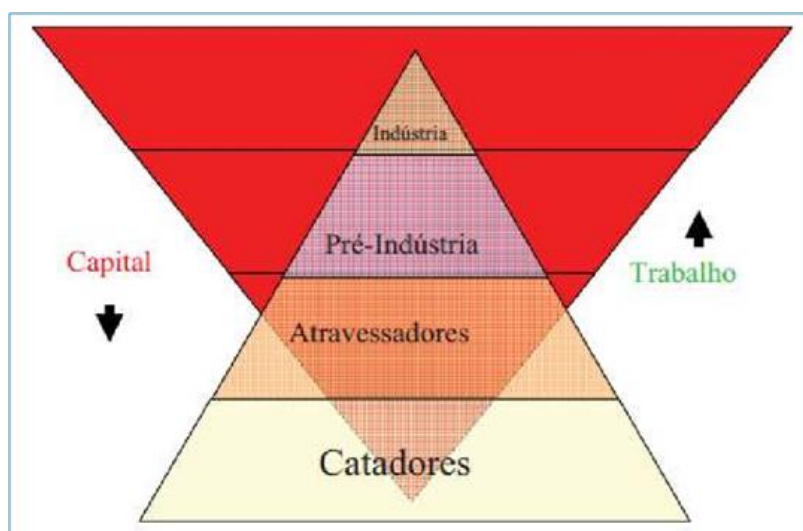
Inicialmente, os catadores trabalhavam apenas de forma individualizada e, a partir da década de 1990, passaram a se organizar em cooperativas e associações; estas, entretanto, abarcam não mais que 10% do universo de catadores no Brasil, o que corresponde a um número absoluto estimado no intervalo de 40 mil a 60 mil catadores organizados (IPEA, 2012). Assim, ainda hoje são os catadores individuais – que, partindo das estimativas do IPEA, correspondem a um número absoluto entre 360 mil e 540 mil catadores individuais – os grandes responsáveis pela sustentação da indústria de reciclagem brasileira. Em todos esses casos, o que se observa é a condição precária dos catadores em relação à indústria de reciclagem, uma vez que todos estão sob a condição de trabalhadores sobrando (BURGOS, 2013), ou seja, estão sempre na iminência de serem novamente excluídos do processo produtivo.

De maneira geral, os catadores trabalham majoritariamente de modo informal. [...] o que os catadores ganham corresponde a uma ínfima parte, a menor possível, dos preços dos materiais recicláveis definidos no mercado pelas próprias indústrias. Esta situação também é válida para as cooperativas, pois o aumento da retirada (pagamento) dos cooperados é determinada, sobretudo, pelo aumento do volume dos recicláveis [vendidos] (ganhos de escala). [...] Ou seja, o que comerciantes e indústrias pagam aos catadores corresponde ao preço dos recicláveis (definidos ao nível do mercado) e não ao trabalho por eles realizado (BURGOS, 2013, p. 75-76)

Segundo o MNCR (2005), os trabalhos realizados pelos catadores (coleta e triagem) correspondem a 89% do ciclo produtivo da reciclagem, sendo os 11% restantes realizados por intermediários, unidades de pré-beneficiamento e indústrias de reciclagem/transformação propriamente ditas. Entretanto, é a indústria que estabelece os parâmetros da compra de materiais, privilegiando “[...] (i) quantidade, favorecendo os fornecedores que têm capacidade de entregar volumes adequados à sua operação; (ii) qualidade do produto (materiais limpos, prensados e enfardados); (iii) regularidade da

entrega; (iv) pagamentos faturados em 30 a 40 dias.” (GONÇALVES-DIAS, 2009, p. 235). Como consequência, conformou-se um amplo circuito de intermediários das relações comerciais entre catadores e indústria de reciclagem. Esses intermediários (também conhecidos como sucateiros, depósitos, atravessadores, grandes aparistas) possuem toda a infraestrutura necessária (balança, prensa, triturador, caminhões, galpão) para trabalhar os materiais coletados, possuindo grande vantagem em relação aos catadores na determinação dos preços dos recicláveis. Assim, a estrutura da indústria de reciclagem é representada da seguinte maneira:

Figura 1: A lógica inversa da estrutura do campo



Fonte: MNCR, 2009 apud GONÇALVES-DIAS, 2009, p. 235.

Devido a essas exigências, a indústria de reciclagem se torna inacessível aos catadores de materiais recicláveis, especialmente aqueles que trabalham individualmente, e os intermediários acabam detendo majoritariamente o mercado de comercialização. Logo, a despeito de sua importância para a indústria de reciclagem, os catadores correspondem ao seu elo mais frágil. Segundo Gonçalves-Dias (2009, p. 234), a fragilidade dos catadores se revela através de “[...] necessidade de capital de giro de curtíssimo prazo, falta de equipamentos e de capacitação técnica para a manipulação do material recolhido”, o que se assemelha, em termos das condições internas de produção, à situação das ERT’s.

Gonçalves-Dias resume de maneira crítica os elementos que estiveram presentes no processo de estruturação da indústria da reciclagem brasileira:

Os índices alcançados com a reciclagem no Brasil advêm não da regulação, educação ambiental ou sistema de coleta seletiva adequados; nem de investimentos público-privados para resolução do problema dos resíduos urbanos, mas sim da pobreza em que se encontra boa parte dos excluídos. Apesar das inúmeras dificuldades os catadores vêm dando uma resposta, já que lhes faltaram

oportunidades e condições para se inserirem nas atividades profissionais do mercado formal. (GONÇALVES-DIAS, 2009, p. 236)

Segundo Gonçalves-Dias, inseridos na cadeia produtiva da reciclagem, os empreendimentos de catadores ficam submetidos às suas pressões e exigências. Nesse sentido, o fortalecimento da organização produtiva dos EES's de catadores e a sua crescente inserção na indústria de reciclagem emerge como uma contradição: à medida que os catadores se organizam e se estruturam produtivamente, passam a romper os elos intermediários da cadeia, adquirindo condições de barganhar melhores preços com a indústria. Entretanto, uma vez que a indústria de reciclagem tem por objetivo principal a lucratividade, um aumento dos preços da matéria-prima por ela comprada que seja superior aos preços já praticados pelos intermediários não é interessante, o que pode colocar em xeque a posição dos EES's de catadores como fornecedores. Assim, os preços de venda praticados pelos catadores têm um limite determinado pelos objetivos da indústria.

Além disso, se esses EES's não possuem um determinado nível de eficiência e de produtividade, não conseguem atender às demandas da indústria recicladora e fica comprometida a sua inserção na cadeia produtiva da reciclagem. Segundo Gonçalves-Dias (2009, p. 238), “Integradas a um campo organizacional presidido pela lógica da acumulação as cooperativas ficam submetidas a pressões isomórficas. O resultado é uma configuração estrutural em que as práticas cooperativistas se manifestam de forma desfigurada.”. Nesse sentido, a autora afirma que “as cooperativas se degeneram em empresas capitalistas” (GONÇALVES-DIAS, 2009, p. 254).

Assim, inicialmente, os catadores se assemelhavam aos vendedores de serviços (no caso, coleta e triagem dos materiais), desprotegidos totalmente e subordinados aos capitais dos atravessadores e da indústria de reciclagem, que existiam ainda em volume pequeno. Com o passar do tempo e com o aumento expressivo do número de catadores (provenientes dos mercados informais), um setor industrial se criou, configurado como um oligopsônio, ocupando um espaço econômico agora concentrado, mas que manteve os EES's de catadores, bem como os catadores individuais enquanto subordinados.

No caso dos catadores, torna-se necessário compreender um outro tipo de relação com o capital, que remete à ideia de Oliveira (2003) de mistura entre informais e precarizados: há setores da EcoSol que servem como trabalho superexplorado, precarizado e subordinado ao capital, no qual não há relação empregatícia. Nesse sentido, é importante observar que muitas indústrias financiam equipamentos e cursos para os catadores, a fim

de obter controle de qualidade e auferir melhores resultados econômicos, sem arcar com nenhum custo fixo e tampouco com o custo do trabalho.

Os catadores são praticamente empregados terceirizados da indústria, arcando com quase toda a mão-de-obra da cadeia, o risco, a parte insalubre, e recebendo a ínfima parte da renda gerada. Portanto, existem casos onde a analogia com a economia informal perde seu poder explicativo para a analogia com o trabalho precarizado, que explica melhor as relações entre alguns EES's e os setores capitalistas. No entanto, defende-se aqui que os conceitos sejam utilizados conforme a configuração de cada caso, de cada cadeia produtiva. Nesse sentido, não nos parece, em uma primeira reflexão, que as ERT's possam ser compreendidas na chave do trabalho precarizado.

Por fim, é importante pontuar que Gonçalves-Dias (2009) acredita que a dinâmica organizacional dos EES's de catadores dependerá de sua dupla capacidade de controlar internamente as pressões e exigências da indústria da reciclagem e de criar mecanismos de resistência a essas pressões e exigências. Nesse sentido, a autora defende que a organização em redes de economia solidária aparece tanto como uma estratégia para superar a subordinação dos catadores aos intermediários da cadeia produtiva da reciclagem, quanto pode se tornar uma estratégia de combate àquele processo de degeneração das cooperativas e das associações em empresas capitalistas. Por fim, a autora atenta para o fato de que “[...] o contexto da rede de colaboração solidária é caracterizado por deficiência em recursos financeiros, utilização de equipamentos, bens e serviços com tecnologia inadequada [...]” (GONÇALVES-DIAS, 2009, p. 256). Nesse sentido, deve-se observar que a superação das deficiências no âmbito da produção aparece no horizonte tanto das ERT's, quanto dos EES's de catadores.

6. Considerações finais

Embora o capitalismo se articule de maneira predominante no conjunto da Economia-mundo, que se constitui enquanto uma totalidade sócio-econômica, ele não é monolítico, único ou homogêneo. Se adotarmos o conceito marxista de modo de produção, devido ao seu poder explicativo, concluiremos que o capitalismo enquanto tal é hegemônico e não permite possibilidades de convívio pacífico com outros modos de produção. Entretanto, conforme se buscou demonstrar pelos casos estudados, esse modo de produção delimita espaços econômicos onde a organização da produção não se dá de forma tipicamente capitalista.

Em outras palavras, se pensarmos na chave analítica dos modos de produção enquanto a combinação das forças produtivas e relações de produção, existe apenas a hegemonia do capitalismo, pois ele já penetrou nas diversas esferas econômicas. Entretanto, observa-se que essa penetração não é homogênea e completa, criando ela própria espaços econômicos nos quais outras combinações de relações sociais e forças produtivas se materializam, mesmo que subordinadas à hegemonia do capital. Nesse sentido, a EcoSol pode se desenvolver - e de fato se desenvolve - independentemente de uma intencionalidade política (entendendo por intencionalidade política desde a orientação à ação dos trabalhadores, até as políticas públicas, como as de reserva de mercado).

A compreensão do lugar que a EcoSol ocupa na economia brasileira, a partir das interações que ela estabelece com as estruturas produtivas do país, contribui para vislumbrar as possibilidades políticas para as quais as experiências de EcoSol podem apontar. Nesse sentido, este trabalho busca lançar luz sobre questões como em quais mercados os EES's seriam viáveis e até mesmo competitivos; se há possibilidade de uma acumulação interna aos circuitos da EcoSol (constituindo um maior potencial de força política desses setores, se organizados) ou se eles se articulariam com o movimento de acumulação capitalista (e, nesse caso, se constituem-se como funcionais ou disfuncionais para esse movimento); se essas experiências poderiam apresentar-se como alternativas viáveis ao assalariamento clássico ou apenas enquanto estratégia de desenvolvimento promovida pelo Estado dentro de espaços econômicos específicos, delimitados pela dinâmica da acumulação do capital; e, por fim, se for impossível à EcoSol se constituir enquanto uma alternativa própria, qual seria seu impacto sobre as possibilidades do desenvolvimento capitalista como um todo no Brasil.

Como agenda de pesquisa, propõe-se o aprofundamento das análises aqui iniciadas, no sentido de investigar o quanto a organização dos trabalhadores da EcoSol, materializando uma intencionalidade política, poderia contribuir para o fortalecimento dos EES's, dada a subordinação à hegemonia do capitalismo que delimita, em grande medida, os seus espaços econômicos. Um aspecto importante é a disputa da mais-valia social, ou seja, dos fundos públicos, que pode permitir certa acumulação à alguns EES's, mas isso não garante necessariamente sua sustentabilidade a longo prazo.

Outra agenda para aprofundamento futuro reside na investigação dos impactos da ampliação da organização dos EES's na esfera econômica, através das redes de cooperativas ou das cadeias produtivas, buscando identificar os impactos sobre o aumento da renda gerada nos setores. Nesse sentido, parece sensato seguir a pista de Cruz (2011) -

que dialoga com a proposta de Gonçalves-Dias (2009) -, segundo a qual se faz necessário, para que a EcoSol logre se desenvolver e ganhar espaços econômicos, que ela internalize todos os momentos da circulação do capital (produção, distribuição, consumo e acumulação), além de poder produzir tecnologias próprias (tecnologias sociais). Por fim, seria necessário compreender em que medida as diferentes racionalidades presentes nos EES's assemelham-se às racionalidades descritas nas formas não tipicamente capitalistas de produção, a fim de pensar os seus efeitos na eficiência desses empreendimentos e em sua viabilidade econômica.

Bibliografia

AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese (Doutorado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. De “Setor” para “Economia Informal”: Aventuras e Desventuras de um Conceito. *Seminários do Centro de Estudos da Metrópole*. São Paulo, 2009.

_____. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 105-159, 2011.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”. O caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, 2008.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, Volume II, Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, Volume III, O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas: o chão dos catadores no urbano periférico*. São Paulo: Humanitas, 2013.

COSTA, Reinaldo Pacheco da. Modo de Produção e Economia Solidária. In: *Anais do III Congresso da Rede Brasileira de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*, Salvador, 2015.

CRUZ, Antônio. A acumulação solidária: os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital. *Revista Cooperativismo & Desarrollo*. Bogotá, p. 47-68, 2011.

_____; CARDOSO, Alessandra. Las lecciones de la experiencia de Mondragón para la economía solidaria del Cono Sur. *Centro de Estudios de Sociología del Trabajo*, Buenos Aires, 2004.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. *Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, São Paulo, 2009.

HENRIQUES, Flávio Chedid; SÍGOLO, Vanessa Moreira; RUFINO, Sandra. *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil*. Multifoco, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Relatório de Pesquisa: Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos*. Brasília, IPEA, 2012.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – MNCR. *Cartilha de Formação*. São Paulo, 2005.

_____. *Diálogos sobre negócios inclusivos* [slides, palestra de Roberto Laureano]. São Paulo, EAESP/FGV, 05 jun. 2009.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Editora Vozes, 1998.

_____. *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Editora Contexto, 2000.

SOUZA, Paulo Renato. *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

WELLEN, Henrique. *Para a crítica da "economia solidária"*. Editora Outras Expressões, 2012.